



ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA

ENSINO MÉDIO

AÇÃO E CIDADANIA

3º D

CONFLITOS

JOVEM INFRATOR: VÍTIMA OU VILÃO?

SOROCABA

2015



ESCOLA TÉCNICA RUBENS DE FARIA E SOUZA

ENSINO MÉDIO

AÇÃO E CIDADANIA

3º D

CONFLITOS

JOVEM INFRATOR: VÍTIMA OU VILÃO?

Projeto de Pesquisa apresentado à Escola Técnica “Rubens de Faria e Souza”, Ensino Médio, como parte dos requisitos para obtenção do certificado de conclusão do Ensino Médio, sob orientação da Professora Maria Regina.

SOROCABA

2015

3º D

JOVEM INFRATOR: VÍTIMA OU VILÃO?

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à ETEC “Rubens de Faria e Souza”, como parte das exigências para a conclusão do Ensino Médio.

Sorocaba, ____ de _____ de ____.

Prof. Maria Regina Rossetto

Coordenadora do Curso Ação e Cidadania

BANCA EXAMINADORA

Prof. Alexandre Gibim

Prof. Maria Tereza Bertim

Prof. Berenice

"Mudar é difícil, mas é possível. "

- Paulo Freire

*Dedicamos esse trabalho a
todos do corpo docente da
ETEC “Rubens de Faria e
Souza”.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos às nossas famílias que sempre nos apoiam nos momentos de dificuldades.

Agradecemos ao professor Alexandre Gibim pela contribuição particular no desenvolvimento da parte prática deste trabalho.

Agradecemos a todos os professores da ETEC por nos acompanharem em nossa trajetória escolar e nos fornecerem a dádiva do conhecimento.

Agradecemos também a todos os deuses de todas as religiões, afim de não menosprezar o credo de qualquer aluno.

Finalmente, agradecemos à professora Maria Regina Rossetto (Nega), que nos orientou durante todo o processo de confecção deste trabalho, enfrentou várias dificuldades por nós e nos acalmou em momentos de tensão.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade demonstrar a realidade de uma esfera particular da sociedade composta por jovens condicionados ao ato infracional. Tal demonstração é realizada através da observação, apresentação e correlação de fatores históricos, econômicos, sociais, psicológicos e pessoais que são atuantes e determinantes no desenvolvimento e síntese da personalidade da criança ou do adolescente. Além disso, para a formulação deste trabalho foi realizado uma demonstração prévia do tema em forma parcialmente teatral e parcialmente acadêmica com uma história fictícia de autoria própria. Houve uma análise através de uma pesquisa de campo realizada pela equipe de confecção deste projeto na ETEC “Rubens de Faria e Souza” com o objetivo de reconhecer a perspectiva dos alunos sobre a problemática do trabalho. Por fim, foi apresentado dados sobre a cidade de Sorocaba e seus projetos de natureza diversificada (privados ou não) para fornecer auxílio ao jovem e para reinseri-lo na sociedade.

Palavras-chave: jovem infrator; Sorocaba; conflitos.

ABSTRACT

The following work aims to demonstrate the reality of a particular public sphere composed of youngsters conditioned to breaking the law. The observation, presentation and correlation of historic, economic, social, psychological and personal factors that play a role in the development and synthesis of the child or teenager's personality achieves such demonstration. Furthermore, a partially theatrical and partially academic preview added to the production of this work. A field research done within ETEC "Rubens de Faria e Souza" by this project's production team analyzed and recognized the student's perspective on the subject matter. Finally, this work presents data about the city of Sorocaba and its diversely natured projects (both private and public) to provide support for the youngsters and reinsert them in society.

Keywords: young offender; Sorocaba; conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE SÍMBOLOS

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	JUSTIFICATIVA	15
3.	OBJETIVOS	16
3.1.	OBJETIVO GERAL	16
3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
4.	PRELIMINARES.....	17
4.1.	CONTEXTUALIZAÇÃO	17
4.2.	DEFINIÇÕES ATUAIS.....	18
5.	DEFINIÇÕES ATUAIS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O jovem infrator [...].

2. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho foi elaborado a partir da necessidade de demonstrar diversos aspectos da problemática muito controversa do jovem infrator e sua posição e retrato na sociedade. Tal tema foi escolhido em vista tanto de seu peso histórico quanto de sua extrema contemporaneidade, além de ser ressoante com a faixa etária em que os autores deste trabalho se encontram. O trabalho também busca informar os indivíduos para que aqueles que não têm opinião formada quanto ao tema possam formá-la e aqueles que têm opinião possam firmá-la adiante ou muda-la, assim enriquecendo mais o debate acerca do tema.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Demonstrar as diversas facetas da figura do jovem infrator, incluindo sua caracterização como vítima ou vilão, e os fatores sociais, econômicos, psicológicos e pessoais que o levam a tal caracterização.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4. PRELIMINARES

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, o tratamento dado à criança e ao adolescente tem sua origem em práticas portuguesas. Segundo Martins (2004), citada por Lima e Minadeo (2012), o Brasil adotou a prática da Roda dos Expostos em seu período colonial – um mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos em frente a instituições de caridade sem que o “abandonador” fosse reconhecido. Tal prática tem suas raízes essencialmente na cultura portuguesa e a primeira Roda foi instalada no Brasil em Salvador, antes de 1700 e regulamentada pelo Império Português em 1806. A crise do aumento dos crimes, então ainda denominados, e abandonos só seria posteriormente subvertida através de uma reestruturação do conceito social de família nas camadas burguesas e nobres do antigo regime e, posteriormente, no proletariado do século XIX (MARTINS, 2004).

Outro fato importante foi a implementação de uma política governamental de higienismo[sic] ou eugenia que teve como objetivo disciplinar as famílias pobres (COSTA, 1998). A atuação higienista, por meio de uma política de inserção nas famílias, foi justamente o início da culminação de um código de proteção de menores posteriormente no período inicial da República. Os primeiros Códigos de Menores foram elaborados em 1927 e 1929 e, segundo Martins, 2004, adotaram progressivamente medidas de proteção estatal à criança e ao adolescente e de institucionalização responsável, algo não presente no Código Penal de 1891 embora este reconhecesse a inimputabilidade penal do menor de idade (GEBELUKA, 2008).

O período entre as décadas de 20 e 70 foi caracterizado por uma doutrina pró direitos da criança e do adolescente dentro da esfera jurídica do Brasil. A institucionalização e responsabilização do Estado pela proteção de crianças e adolescentes só se concretizou em dezembro de 1964 com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar (Funabem). No mesmo ano, o Brasil tornou-se palco de um movimento repressivo e mitigatório de alguns direitos fundamentais em função do Regime Militar então instalado, criando talvez uma aparente contradição. O governo então, em vista do descontentamento popular, adotou medidas paternalistas e assistencialistas como medida de controle indireto social daqueles considerados “à margem da lei e dos bons costumes” (LIMA; MINADEO, 2012). Houve a intensificação de práticas de destituição de poder pátrio e internação, algo que causou aumento no número de “sentenças”. A Funabem foi sucedida pela Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), que nada mudou em sua política de caráter compartilhada por sua antecessora.

O modus operandi da Febem era dividido em duas classificações – assistencialistas, intervenção no caso de crianças necessitadas – e repressoras – para crianças infratoras. De acordo com Martins (1993), a atuação das unidades teve focos de tratamento invertidos: nas unidades assistencialistas aplicava-se “a disciplina em nome da ordem” e nas unidades repressoras, “a disciplina em nome da segurança”. A Febem passou a ter então como função não a reinserção das crianças e dos adolescentes na sociedade, mas sim a encoberta de parcela significativa da população dentro de tal faixa etária em situação irregular (GEBELUKA, 2008, p. 46).

O Código do Menor implementado em 1979 quase nada mudou em relação ao anterior de 1929. Durante um período de cerca de 50 anos, a política paternalista e assistencialista prevaleceu, até o início da elaboração de novos programas baseados em premissas alternativas comunitárias e embasadas num caráter caritativo, abandonando os fins correccionais da política paternalista. (Apud GEBELUKA, 2008, p. 46). A consolidação de tais premissas caritativas em vista da falência do sistema de internação e repressão foi refletida na promulgação da Constituição de 1988 e na Declaração dos Direitos Universal dos Direitos das Crianças, além de posterior promulgação legislativa.

4.2. DEFINIÇÕES ATUAIS

De acordo com a lei federal 8.069 promulgada em junho de 1990 denominada Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), considera-se um indivíduo como criança aquele de até doze anos de idade incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos, salvo alguns casos excepcionais cuja idade abrange entre dezenove e vinte e um anos (VIEGAS; RABELO, 2011).

O ECA em si, por sua vez, tem como objetivo a proteção daqueles anteriormente definidos como crianças e adolescentes, a fim de lhes proporcionar as condições necessárias para desenvolvimento individual e social (ECA, art. 4, parágrafo único). O estatutário atribui a responsabilidade de fornecimento de tais condições à instituição familiar e ao Estado, tendo o posterior como responsabilidades especiais o sustento, guarda e educação, sob pena de perda caso alegada a carência de recursos materiais; e tendo o anterior a capacidade de intervenção caso as condições em questão não sejam obtidas (VIEGAS; RABELO, 2011).

A fim de especificar as condições é necessário especificar os direitos e deveres da criança ou adolescente. Os direitos incluem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à liberdade, à profissionalização e à proteção no trabalho. Tais direitos são fundamentados na Constituição de 1988. Os deveres da

criança ou adolescente são exatamente os mesmos dos deveres de todo cidadão, dentro do princípio da isonomia descrito no art. 5º da Constituição brasileira de 1988.

O Conselho Tutelar é uma das entidades públicas responsáveis pela fiscalização e intervenção em caso de desrespeito dos direitos da criança e adolescente previstos pelo ECA, além dos direitos e deveres. De acordo com o art. 136 do ECA, os deveres do Conselho Tutelar incluem:

- atendimento de crianças e adolescentes e aplicação de medidas de proteção; atendimento e aconselhamento de pais ou responsáveis e aplicação de medidas previstas no ECA;
- promoção da execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos e entrar na Justiça em caso de descumprimento de suas decisões;
- encaminhamento ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração contra os direitos da criança ou adolescente;
- encaminhamento ao setor judiciário casos que lhe são pertinentes; tomada de providência para cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores;
- expedição de notificações;
- requisição de certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes quando necessário;
- assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; representar pessoas ou famílias, na Justiça, a fim de que estas possam se defender de programas de rádio ou televisão, produtos, práticas e serviços que contrariem princípios constitucionais e sejam nocivos à saúde e ao meio ambiente;
- informar o Ministério Público de casos que demandem ações judiciais de perda ou suspensão de poder pátrio;
- fiscalização de entidades governamentais e não-governamentais quanto à execução de programas de proteção e socioeducativos.

Crimes cometidos por indivíduos entre 12 e 18 anos são denominados atos infracionais e, por conseguinte, tais indivíduos recebem a alcunha de “jovens infratores” ou “menores infratores” e são elegíveis para aplicação de medidas socioeducativas e protetivas.

Embora os menores de 18 anos sejam penalmente inimputáveis, estes respondem pelo ato infracional e podem se sujeitar a medidas protetivas de

encaminhamento aos pais ou responsável, orientação, apoio e acompanhamento, matrícula e frequência em escola, fornecimento de auxílio à família, tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, abrigo, tratamento psicológico e, em último caso, colocação em família substituta (VIEGAS; RABELO, 2011).

O adolescente entre 12 e 18 anos que pratica algum ato infracional pode se sujeitar a, além de medidas protetivas, medidas socioeducativas que variam de acordo com as circunstâncias da infração, como gravidade e capacidade do infrator. Entre elas:

- Advertência – denominada admoestação verbal, termo escrito assinado pelo infrator; obrigação de reparo de dano;
- Prestação de serviços à comunidade;
- liberdade assistida – consiste na atuação conjunta da família e profissionais da área social;
- semiliberdade – limitação das atividades noturnas do infrator;
- internação por tempo indeterminado.

Em especial, entidades que desenvolvem programas de internação têm como obrigação:

- observação dos direitos e garantias reservadas aos adolescentes;
- não restrição de direitos que não tenham sido negados na decisão de internação;
- preservação da identidade e fornecimento de ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- diligência no restabelecimento e preservação dos vínculos familiares;
- oferecimento de instalações físicas adequadas, além de toda a infraestrutura no âmbito da saúde, educação, lazer e cultura do adolescente;
- reavaliação periódica de cada caso, com um intervalo mínimo de seis meses, certificando-se ciente dos resultados.

Usualmente, a aplicação das medidas socioeducativas se estende até os 18 anos completos do indivíduo, porém em casos de internação – medida determinada por fortes indícios de autoria e materialidade do ato infracional -, o cumprimento da medida pode chegar aos 21 anos, segundo o art. 121, § 5º do ECA (VIEGAS; RABELO, 2011).

Todavia, o chamado “jovem infrator” pode se isentar da aplicação de medidas protetivas ou socioeducativas caso o Representante do Ministério público conceda o perdão antes do processo de apuração do ato infracional. O perdão pode ser

concedido a partir da análise das circunstâncias, consequências e gravidade do ato, além da personalidade e grau de participação do adolescente.

É importante salientar que embora a adolescência é historicamente vista como um período de “tempestade e tormenta” psicológicas, muitas vezes a problemática do adolescente está centralizada na indeterminação de seu lugar no universo social (AVILA, 2005). A família em seu sentido mais abrangente é certamente importante para a formação do jovem – a desestruturação familiar é um peso enorme a ser carregado por aquele que a presenciou. Entretanto, o jovem não fica preso dentro de sua esfera familiar por uma grande parte de sua vida, por isso a responsabilidade de sua formação deve caber também à sociedade em geral e a políticas públicas (COSTA, 2004).

5. DEFINIÇÕES ATUAIS